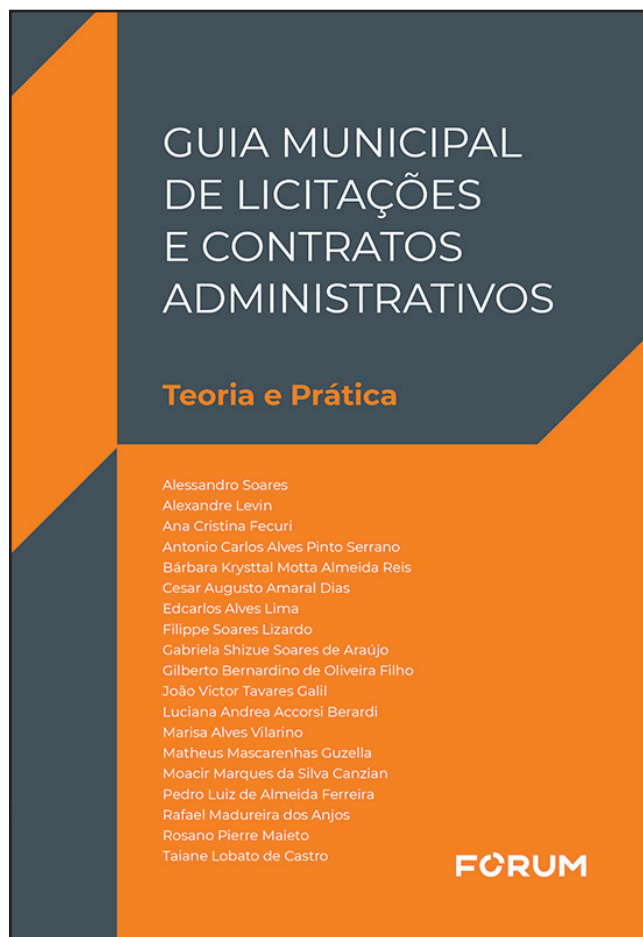




ALESSANDRO SOARES
ALEXANDRE LEVIN
ANA CRISTINA FECURI
ANTONIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO
BÁRBARA KRYSTTAL MOTTA ALMEIDA REIS
CESAR AUGUSTO AMARAL DIAS
EDCARLOS ALVES LIMA
FILIPPE SOARES LIZARDO
GABRIELA SHIZUE SOARES DE ARAÚJO
GILBERTO BERNARDINO DE OLIVEIRA FILHO
JOÃO VICTOR TAVARES GALIL
LUCIANA ANDREA ACCORSI BERARDI
MARISA ALVES VILARINO
MATHEUS MASCARENHAS GUZELLA
MOACIR MARQUES DA SILVA CANZIAN
PEDRO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA
RAFAEL MADUREIRA DOS ANJOS
ROSANO PIERRE MAIETO
TAIANE LOBATO DE CASTRO

GUIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Teoria e Prática

área específica da obra

Direito Administrativo.

Direito Financeiro.

Direito Municipal.

áreas afins do livro

Gestão pública, administração pública,
políticas públicas.

palavras-chave

Licitações, contratações, pregão, concorrência,
planejamento.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 4033

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos consolidou em um único documento legislativo os procedimentos para licitação e contratação, enfocando a governança e a profissionalização do servidor público.

Em que pese a Administração Pública municipal contar com quadros reduzidos de servidores, essa legislação precisa ser cumprida a fim de permitir a adequada execução orçamentária e atendimento às políticas sociais em andamento.

Ademais, todos os municípios são fiscalizados pelos respectivos Tribunais de Contas e cobrados para que os recursos públicos sejam utilizados de acordo com a legislação em vigor.

O bom planejamento como etapa inicial em qualquer processo de contratação pode ser fundamental para evitar retrabalho, punições e desperdícios de recursos, razão pela qual o presente livro pode contribuir com as melhores práticas de gestão.

G943 Guia municipal de licitações e contratos administrativos: teoria e prática / Moacir Marques da Silva Canzian (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

499 p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-85-450-0893-4
ISBN digital 978-85-450-0892-7

1. Licitações. 2. Contratações. 3. Pregão. 4. Concorrência. 5. Planejamento. I. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CANZIAN, Moacir Marques da Silva (coord.). *Guia municipal de licitações e contratos administrativos: teoria e prática*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 499 p. ISBN 978-85-450-0893-4.

CAPÍTULO I

ABRANGÊNCIA DA LEI DE LICITAÇÕES

Marisa Alves Vilarino

Doutora e mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC/SP. Procuradora aposentada da Universidade de São Paulo — USP. Assessora Jurídica parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo — ALESP. Professora Universitária. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional — IBDC. Membro do Instituto Brasileiro de Contas Públicas – IBContas.

CAPÍTULO II

GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES

Moacir Marques da Silva Canzian

Contador e advogado. É doutor em Direito Econômico e Empresarial pela Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI), México. Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), desde 1996. Professor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP. Professor convidado da Universidade de Direito Público — UNIDIP, Universidade Estácio de Sá e Universidade São Caetano do Sul. Membro, pesquisador e atual presidente do Instituto Brasileiro de Contas Públicas — IBContas. Autor do livro *Orçamento público municipal*, editado pela Fórum, entre outras obras direcionadas à Administração Pública municipal.

CAPÍTULO III

INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Filippe Soares Lizardo

Membro fundador e atual Presidente do Conselho Deliberativo do IBContas. Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral, cedido ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, onde exerce o cargo de Assessor Jurídico. Mestre e doutor em Direito pela Universidade Nove de Julho de São Paulo. Professor nos cursos de pós-graduação em Direito Eleitoral do IDP Brasília, Damásio Educacional e Escola Brasileira de Direito Ebradi. Um dos autores do livro *Curso de direito processual financeiro, enfoque na prestação de contas dos recursos públicos* (E-book Kindle, 2023).

CAPÍTULO IV

COMPRAS PÚBLICAS

Luciana Andrea Accorsi Berardi

Doutora e mestre em Direito do Estado pela PUC-SP; Pós-graduada em Direito Penal e Direito Administrativo pela Escola Paulista da Magistratura de São Paulo; Assessora Jurídica no Tribunal de Contas do Município de São Paulo; professora da Escola Superior de Advocacia — ESA-OAB/SP; professora convidada na pós-graduação de Direito Constitucional na PUC-SP, Escola Paulista de Direito — EPD e Universidade Paulista — UNIP, nas cadeiras de Direito Constitucional e Administrativo; ex-Diretora de Convênios e Contratos do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público do Estado de São Paulo — IAMSPE; ex-Consultora de Aquisições Nacionais e Internacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID; ex-Presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB/SP e Conselheira Estadual da OAB/SP — Seccional São Paulo.

CAPÍTULO V

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Edcarlos Alves Lima

Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialista em Direito Tributário (UPM), Gestão Pública (UTFPr) e Direito Municipal (UNICAP). Professor e coordenador do curso de Direito das Faculdades Integradas Rio Branco Granja Vianna. Procurador-chefe da Consultoria Jurídica em Licitações, Contratos e Ajustes Congêneres da Procuradoria do Município de Cotia. Autor do livro *Inovação e contratações públicas inteligentes*, publicado pela editora Fórum, assim como coautor de livros e autor de artigos jurídicos na área de licitações e contratos administrativos.

CAPÍTULO VI

SERVIÇOS EM GERAL

Ana Cristina Fecuri

Advogada. Foi Assessora Jurídica no Tribunal de Contas do Município de São Paulo — TCMSP. Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUCSP. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Contratual pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE) — PUCSP. Professora convidada da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCM/SP.

CAPÍTULO VII

PREGÃO ELETRÔNICO

Barbara Krysttal Motta Almeida Reis

Gestora de Políticas Públicas (USP), Analista de Inteligência Antiterrorista (ESS), Conselheira de Combate à Corrupção, Sistema de Controladoria de Câmaras e Auditoria Governamental da UVB, Consultora de Inteligência e Contrainteligência do Instituto Sagres, Conselheira da FIESP, membro do Colégio Interamericano de estudos jurisdicionales (CIDEJ/BR), membro colaborador da Comissão de Relações com o Poder Legislativo do Estado de São Paulo da OAB/SP, pesquisadora no CEDEPEM (Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho). Atuação anterior: Consultora Sênior KPMG, Assessoria Especial na Auditoria Geral de São Paulo, Chefe de Assessoria Técnica da Controladoria de São Paulo, atuação marcante na Corregedoria do Estado de São Paulo. Premiação: 1º lugar no Instituto Não Corrupção (Fiscalização de Fraudes covid por meio de Inteligência Artificial) , 1º lugar MIT- Solve (EUA) (Sistema de Combate à Corrupção por meio de Inteligência Artificial) e 2º lugar Prêmio Latam (Colômbia) em Inteligência Artificial em Combate à Corrupção. Em complemento: Conselheira Fiscal da COAHB-SP, Conselheira Fiscal da Fundação Theatro Municipal, coautora dos livros *Controladoria no setor público*, *Manual do candidato 2020* e *Gestão fiscal municipal*.

Rafael Madureira dos Anjos

Especialista em Gestão Pública e Inteligência Artificial, reunindo uma grande vivência prática de Gestão Pública com um sólido conhecimento teórico. No Poder Executivo, atuou nas áreas da saúde, educação, administração, assistência social e jurídico (Procurador-Geral de Município), ocupando cargos estratégicos, estruturando e normatizando os processos administrativos e licitatórios, conduzindo diretamente o planejamento e a execução de políticas públicas de alto impacto social. Fundador de Empresas de tecnologia, professor, administrador e engenheiro civil.

CAPÍTULO VIII

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Alexandre Levin

Doutor e mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professor de direito administrativo dos cursos de graduação e pós-graduação da Escola Paulista de Direito — EPD. Procurador do Município de São Paulo, atualmente exercendo as funções de Assessor Jurídico na Secretaria de Governo do Município de São Paulo (SGM).

CAPÍTULO IX

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Alessandro Soares

Advogado. Doutor no programa de Administração, Fazenda e Justiça no Estado Social pela Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca (USAL); doutor e mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP); professor da Faculdade de Direito Constitucional da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

Gabriela Shizue Soares de Araújo

Advogada. Doutora e mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); professora da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

CAPÍTULO X

PROCEDIMENTOS AUXILIARES

João Victor Tavares Galil

Mestre e doutorando em Direito Administrativo pela PUC/SP. Assessor da Superintendência de Fiscalização da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula).

Matheus Mascarenhas Guzella

Doutorando em Ciência Política pela UFF. Mestre em Justiça Administrativa pela UFF. Especialista em Direito Processual pela UFF. Bacharel em Direito pela UFJF. Professor de Direito Constitucional e Direito Administrativo. Advogado.

Pedro Luiz de Almeida Ferreira

Mestre em Direito pela PUC/SP. Associado fundador do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro — IDASAN e Diretor Executivo de Extensão do Centro para Estudos Empíricos-Jurídicos — CEEJ. Advogado em São Paulo.

CAPÍTULO XI

SIMULAÇÃO DO SISTEMA COMPRAS.GOV

Gilberto Bernardino de Oliveira Filho

Especialista em Direito Constitucional e Direito Administrativo pela Escola Paulista de Direito (EPD). Especialista em Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Consultor Jurídico na área de Licitações e Contratos Administrativos e Direito Administrativo. Editor, professor e Diretor Jurídico da SGP — Soluções em Gestão Pública. Coordenador do MBA em Licitações e Contratações da Administração Pública da SGP. Professor convidado no programa de extensão Universitária da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade São Paulo (FDRP-USP), atuando desde 2023 até o presente momento. Professor convidado da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) do Tribunal de Contas dos Municípios de São Paulo (TCMSP) por dois anos consecutivos (2023 e 2024). Coordenador e coautor do livro *A boa gestão pública e o novo direito administrativo: dos conflitos às melhores soluções práticas* (SGP, 2021). Coautor dos livros: *Temas de direito público: estudos em homenagem ao professor Kiyoshi Harada* (Pembroke Collins, 2022); *Procedimentos auxiliares das licitações e das contratações administrativas* (Fórum, 2022); *Temas atuais de direito público — estudos em homenagem ao professor Toshio Mukai* (Thoth, 2019); e *Comentários ao sistema legal brasileiro de licitações e contratos administrativos* (NDJ, 2016). Autor de diversos artigos jurídicos publicados em revistas especializadas.

CAPÍTULO XII

FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Antonio Carlos Alves Pinto Serrano

Mestre e doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Assessor de Gabinete no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, advogado, membro fundador do Instituto Brasileiro de Contas Públicas — IBContas.

CAPÍTULO XIII

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Taine Lobato de Castro

Possui graduação em Direito pela Universidade da Amazônia, especialização em Direito Tributário pelo CEU/SP e mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do curso de especialização em Direito Administrativo da PUC-SP/COGEAE. Membro do Instituto Paulista de Direito Administrativo — IDAP. Integra corpo de pareceristas da Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance — RDAI. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: licitações, contratos, controle, Tribunais de Contas e terceiro setor. Assessora Jurídica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

CAPÍTULO XIV

CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Cesar Augusto Amaral Dias

Mestrando em Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo. Assessor de Gabinete do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Engenheiro Ambiental. Membro e pesquisador do Instituto Brasileiro de Contas Públicas — IBContas. Um dos autores do livro *Curso de direito processual financeiro, enfoque na prestação de contas dos recursos públicos* (E-book Kindle, 2023).

Filippe Soares Lizardo

Membro fundador e atual Presidente do Conselho Deliberativo do IBContas. Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral, cedido ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, onde exerce o cargo de Assessor Jurídico. Mestre e doutor em Direito pela Universidade Nove de Julho de São Paulo. Professor nos cursos de pós-graduação em Direito Eleitoral do IDP Brasília, Damásio

Educacional e Escola Brasileira de Direito Ebradi. Um dos autores do livro *Curso de direito processual financeiro, enfoque na prestação de contas dos recursos públicos* (E-book Kindle, 2023).

Moacir Marques da Silva Canzian

Contador e advogado. É doutor em Direito Econômico e Empresarial pela Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI), México. Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), desde 1996. Professor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP. Professor convidado da Universidade de Direito Público — UNIDIP, Universidade Estácio de Sá e Universidade São Caetano do Sul. Membro, pesquisador e atual presidente do Instituto Brasileiro de Contas Públicas — IBContas. Autor do livro *Orçamento público municipal*, editado pela Fórum, entre outras obras direcionadas à Administração Pública municipal.

CAPÍTULO XV

CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Rosano Pierre Maieto

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco — FADUSP, especialista e mestre em Direito Público pela UNINOVE, advogado. Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professor do curso de pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
-------------------	----

ABRANGÊNCIA DA LEI DE LICITAÇÕES

MARISA ALVES VILARINO	15
------------------------------------	-----------

1	Introdução	15
2	Abrangência da lei	16
3	Princípios.....	19
3.1	Princípio da legalidade.....	21
3.2	Princípio da impessoalidade	22
3.3	Princípio da moralidade.....	22
3.4	Princípio da publicidade.....	22
3.5	Princípio da eficiência.....	22
3.6	Princípio do interesse público	23
3.7	Princípio da probidade administrativa	24
3.8	Princípio da igualdade	25
3.9	Princípio do planejamento.....	25
3.10	Princípio da transparência	26
3.11	Princípio da eficácia	26
3.12	Princípio da segregação de funções.....	26
3.13	Princípio da motivação	26
3.14	Princípio da vinculação ao edital.....	27
3.15	Princípio do julgamento objetivo.....	28
3.16	Princípio da segurança jurídica.....	29
3.17	Princípio da razoabilidade.....	29
3.18	Princípio da competitividade	30
3.19	Princípio da proporcionalidade	30
3.20	Princípio da celeridade.....	30
3.21	Princípio da economicidade	31
3.22	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	31
4	Gestão por competências	32
5	Agente de contratação, comissão de contratação, pregoeiro e equipe de apoio.....	33
6	Impedimentos e vedações	35
7	Segregação de funções.....	36
8	Regulamentação	37
9	Considerações finais	41
	Referências.....	42

GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES

MOACIR MARQUES DA SILVA CANZIAN	43
--	-----------

1	Introdução	43
2	Resultado.....	46
2.1	Objetivos do processo licitatório	46
2.2	Governança das contratações	51
2.3	Modalidades de licitação.....	54
2.4	Critérios de julgamento.....	57
2.5	Regimes de execução indireta de obras e serviços de engenharia	61
2.6	Matriz de alocação de risco	65
2.7	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	66
3	Considerações finais	69
	Referências	70

INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

FILIPPE SOARES LIZARDO.....	71
------------------------------------	-----------

1	Introdução	71
2	Plano de Contratações Anual	72
2.1	Obrigatoriedade do Plano de Contratações Anual e competência para sua instituição.....	76
3	Estudo Técnico Preliminar.....	78
3.1	O Estudo Técnico Preliminar na Nova Lei de Licitações	79
3.2	Conteúdo do Estudo Técnico Preliminar.....	81

4	Anteprojeto e projeto básico	85
5	Termo de Referência.....	90
5.1	Conteúdo do Termo de Referência	91
6	Estimativa de preços na Nova Lei de Licitações.....	93
	Referências	97

COMPRAS PÚBLICAS

LUCIANA ANDREA ACCORSI BERARDI		99
1	Introdução	99
2	Fase preparatória.....	102
3	PCA — Plano de Contratação Anual.....	105
4	Publicação do edital	109
5	Orçamento estimado e pesquisa de preços	112
6	Modalidades de licitação e etapas licitatórias	117
	Referências	128

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

EDCARLOS ALVES LIMA		131
1	Introdução	131
2	Os desafios dos municípios perante a Lei nº 14.133/2021.....	134
3	Definições relevantes no campo das obras e serviços de engenharia e arquitetura.....	135
4	Fase preparatória.....	138
4.1	O dever de planejamento como vetor e os artefatos de sua concretização.....	138
4.2	1º artefato de planejamento: a concepção do Plano de Contratações Anual	141
4.3	2º artefato de planejamento: a segregação de funções e a gestão por competências.....	143
4.4	3º artefato de planejamento: formalização da demanda e elaboração de Estudo Técnico Preliminar	145
4.5	4º artefato de planejamento: construindo o Termo de Referência, anteprojeto e projetos básico e executivo.....	148
4.5.1	O Termo de Referência.....	149
4.5.2	O anteprojeto de engenharia	154
4.5.3	Os projetos básico e executivo.....	156
4.6	5º artefato de planejamento: composição dos preços referenciais	157
5	Elaboração e divulgação do edital	160
5.1	Início da fase externa do certame.....	160
6	Condução do processo licitatório e do encerramento: fases e procedimentos	164
6.1	Fase de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, e julgamento	165
6.2	Fase de habilitação: exigências e limites	168
6.3	Fase recursal	170
6.4	Fase de encerramento da licitação	171
7	Considerações finais	173
	Referências	174

SERVIÇOS EM GERAL

ANA CRISTINA FECURI.....		177
1	Introdução	177
2	Fase preparatória da licitação.....	179
3	Divulgação do ato convocatório	185
4	Apresentação de propostas e lances, quando for o caso	187
5	Do julgamento	191
6	Fase habilitatória	194
7	Da fase recursal.....	197
8	Da homologação da licitação.....	199
9	Considerações finais	200
	Referências	201

PREGÃO ELETRÔNICO

BARBARA KRYSTTAL MOTTA ALMEIDA REIS, RAFAEL MADUREIRA DOS ANJOS.....		205
1	Introdução	206
2	Pregão eletrônico — teoria e prática.....	206
3	Fase preparatória.....	208
4	Fase classificatória.....	214
5	Fase habilitatória	218
6	Julgamento	223
7	Recursos.....	227
8	Encerramento.....	229
9	Considerações finais	230
	Referências.....	231

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ALEXANDRE LEVIN	233
1 Introdução	233
2 Conceitos do Sistema de Registro de Preços	234
2.1 Conceito de <i>ata de registro de preços</i>	236
2.2 Conceito de <i>órgão ou entidade gerenciadora</i>	238
2.3 Conceito de <i>órgão ou entidade participante</i>	239
2.4 Conceito de <i>órgão ou entidade não participante</i>	240
2.5 Limites para adesões por <i>órgãos não participantes</i>	243
2.6 Procedimento do Sistema de Registro de Preços na Lei nº 14.133/2021	244
2.7 Sistema de Registro de Preços para executar obras e serviços de engenharia	245
2.8 Prévia pesquisa de mercado	246
2.9 Normas sobre o Sistema de Registro de Preços previstas em regulamentos	246
2.10 Rotina de controle e atualização dos preços registrados	247
2.11 Prazo de validade da ata de registro de preços	248
2.12 Prazo de validade do contrato decorrente da ata de registro de preços	248
2.13 Cadastro de reserva	249
2.14 Julgamento de menor preço por grupo de itens	249
2.15 Registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação	250
2.16 Vedação à participação do <i>órgão ou da entidade</i> e mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto	251
3 Conclusão	251
Referências	252

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ALESSANDRO SOARES, GABRIELA SHIZUE SOARES DE ARAÚJO	253
1 Introdução	253
2 Inexigibilidade	257
3 Dispensa	262
4 Observações finais	270
Referências	270

PROCEDIMENTOS AUXILIARES

JOÃO VICTOR TAVARES GALIL, MATHEUS MASCARENHAS GUZELLA, PEDRO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA	273
1 Credenciamento	273
1.1 Chamamento público	274
1.2 Competências constitucionais e o processo de credenciamento	280
1.3 Um outro credenciamento	283
1.4 Credenciamento e o Decreto nº 11.878/2024	286
2 Pré-qualificação	290
3 Procedimento de Manifestação de Interesse — PMI	292
4 Registro cadastral	296
5 Alienação de bens da Administração Pública	298
6 Locação de imóveis pela Administração Pública	300
Referências	301

SIMULAÇÃO DO SISTEMA COMPRAS.GOV

GILBERTO BERNARDINO DE OLIVEIRA FILHO	303
1 Introdução	303
2 Simulação de uso do sistema <i>compras.gov</i>	304
3 Simulação de divulgação no sistema <i>Compras.gov</i>	314
4 Simulação de sessão pública de <i>pregão eletrônico</i>	317
Referências	333

FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ANTONIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO	335
1 Introdução	335
2 Denominação: <i>escolas doutrinárias</i>	335
3 Os contratos administrativos na Lei nº 14.133/2021	347
3.1 Da formação dos contratos	347
3.2 Das garantias contratuais	355
3.3 Da alocação de riscos	359
3.4 Das prerrogativas da Administração	360
3.5 Das cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos	370
4 Duração dos contratos administrativos	376
4.1 Premissas	376

4.2	Contratos por prazo certo e contratos por escopo.....	379
4.3	O tempo e a sua relação com as etapas contratuais	381
4.4	A duração dos contratos administrativos na Lei de Licitações e Contratos.....	382
4.5	A correlação da duração dos contratos administrativos com os ordenadores de despesas	408
	Referências	409

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

TAIANE LOBATO DE CASTRO		417
1	Introdução	417
2	Execução dos contratos.....	418
3	Alteração dos contratos e preços.....	422
4	Hipóteses de extinção dos contratos	425
5	Recebimento do objeto do contrato	427
6	Pagamentos	428
7	Nulidade dos contratos	430
8	Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	432
9	Infrações, sanções administrativas e recursos.....	434
10	Considerações finais	436
	Referências	436

CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

CESAR AUGUSTO AMARAL DIAS, FILIPPE SOARES LIZARDO, MOACIR MARQUES DA SILVA CANZIAN.....		439
1	Introdução	440
2	Diretrizes gerais do controle das contratações.....	440
2.1	Linhas de defesa	442
2.2	Estrutura de governança da unidade licitante.....	442
2.3	Assessoramento jurídico e controle interno setorial	443
2.4	Controle interno e Tribunal de Contas.....	444
3	Das representações.....	446
4	Das escolas de contas.....	449
5	Modelo de <i>checklist</i> para licitações e contratos.....	449
6	Considerações finais	466
	Referências.....	467

CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ROSANO PIERRE MAIETO		469
1	Aspectos gerais	469
2	Os tipos penais da Lei Federal nº 14.133/21.....	475
2.1	Contratação direta ilegal — Art.337-E do Código Penal	475
2.2	Frustração do Caráter Competitivo de Licitação — art. 337-F do Código Penal.....	478
2.3	Patrocínio de contratação indevida — Art. 337-G do Código Penal.....	479
2.4	Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo — art. 337-H do Código Penal.....	482
2.5	Perturbação de processo licitatório — art. 337-I do Código Penal.....	484
2.6	Violação de sigilo em licitação — art. 337-J do Código Penal.....	485
2.7	Afastamento de licitante — art. 337-K do Código Penal	486
2.8	Fraude em licitação ou contrato — art. 337-L do Código Penal	487
2.9	Contratação inidônea — art. 337-M do Código Penal	491
2.10	Impedimento indevido — art. 337-N do Código Penal	493
2.11	Omissão grave de dado ou de informação por projetista — art. 337-O do Código Penal.....	494
3	Conclusões.....	496
	Referências	498